

Mário  
Cardoso  
dos  
Santos  
e  
José  
Torres  
Campos

# Evolução da produtividade do trabalho, da remuneração e do emprego na indústria transformadora\*

*O progresso económico do País não pode depender apenas de acções dispersas dos vários agentes económicos — dados a insuficiência da taxa de acréscimo global da produtividade e os acentuados desequilíbrios sectoriais na capacidade para a criação de empregos. Por isso, há que conjugar a intensificação dos esforços de reconversão e formação profissional com uma actuação extensa e eficaz, no sentido de acelerar o crescimento dos níveis de produtividade, nomeadamente nos sectores que apresentam resultados mais deficientes.*

## 1. Introdução. Objectivos e indicadores adoptados

Tem sido ultimamente acrescido o interesse, no nosso País, pela análise comparada de indicadores representativos da evolução das actividades económicas, nomeadamente da Indústria, sector reconhecido como motor de um desenvolvimento económico e social que se pretende ver acelerado.

No presente trabalho analisa-se para uma amostra constituída por 15 sectores da nossa indústria transformadora a evolução relativa dos seguintes indicadores:

---

\* A presente nota é baseada nos resultados e nas conclusões de um estudo realizado pelo Serviço de Produtividade do INII sobre o mesmo tema e relativo a uma amostra de quinze sectores da indústria transformadora, no período 1953-1965.

- volume de produção por pessoa;
- valor acrescentado por pessoa;
- remuneração por pessoa;
- emprego.

Os dois primeiros constituem indicadores de produtividade do trabalho, pois foram obtidos dividindo pelo pessoal empregado as produções e os valores acrescentados, ambos corrigidos pela aplicação de índices traduzindo as variações de preços de venda e de compra próprias de cada um dos sectores. Quanto às remunerações, construiu-se um índice em que se corrigiu o respectivo valor monetário por um deflacionador do valor da moeda, tendo-se tomado como mais representativo para este efeito o índice de preços no consumidor na cidade de Lisboa. Este índice de remunerações representa a evolução entre 1953 e 1965 das remunerações reais (corrigidas) por pessoa trabalhando em cada sector; é, pois, um índice das remunerações médias. O último indicador é constituído por um índice simples de volume de pessoal empregado em cada um dos sectores.

Pretende-se, assim, diagnosticar objectivamente, pelo tratamento de um número reduzido de indicadores, algumas evoluções e situações da nossa indústria transformadora, aclarando, simultaneamente, problemas básicos relacionados com a medida e a evolução da produtividade, suas causas e efeitos, sem a pretensão, portanto, de fornecer um enquadramento imediatamente conclusivo e operacional, em termos de orientação do desenvolvimento dos sectores analisados e das soluções específicas a adoptar. Julga-se, porém, que ficam alinhados alguns elementos que se consideram contributo apreciável para o melhor conhecimento de uma realidade industrial que necessita ver muito rapidamente reforçados os seus aspectos válidos e minimizadas as respectivas carências, com vista a um aumento de poder concorrencial e a uma maior capacidade de retribuição do trabalho. De resto, a análise dinâmica a que se procede de factores tão importantes como a produtividade do trabalho, o emprego e a remuneração média por pessoa, permite abarcar, de forma integrada e sintética, uma parcela considerável da complexa realidade que é a actividade industrial. Esperamos que se logrará assim, pelo menos, uma maior consciencialização da necessidade de ampliar e intensificar iniciativas, concertadas e eficazes, visando o mais rápido crescimento dos níveis de produtividade da nossa indústria (cujas deficiências, valores demasiado agregados e menos correctos muitas vezes escondem), propiciando-se, ainda, a definição de prioridades de actuação quanto à concretização sectorial de medidas adequadas de política industrial, nomeadamente no âmbito das acções de produtividade, do auxílio às pequenas e médias empresas e do apetrechamento sectorial em estruturas técnicas e assistência, com

vista à concretização de objectivos adoptados de expansão e de modernização.

Na escolha dos sectores para os quais se procedeu a medidas de produtividade do trabalho, com base em elementos estatísticos disponíveis e de acordo com uma metodologia específica<sup>1</sup>, tomou-se em consideração as remunerações explicitadas sobre o assunto pela Comissão Económica para a Europa e Bureau International du Travail, tendo, todavia, aquela escolha sido limitada pelos três seguintes factores impostos pela fonte estatística utilizada, a *Estatística Industrial*: para alguns sectores é inexistente informação estatística adequada em parcela importante do período considerado (1953-1965); para outros, os dados disponíveis não permitiam um tratamento de acordo com a metodologia adoptada; para outros, ainda, os elementos disponíveis revelaram-se eivados de inexactidões, não corrigíveis por recurso a outras fontes. É por isso que neste primeiro trabalho sobre medidas indirectas de produtividade a nível sectorial se consideram apenas os quinze seguintes sectores de actividade da nossa indústria transformadora:

- Indústria de lacticínios
- Moagem de farinhas espoadas-trigo
- Descasque, branqueamento e glaciagem de arroz
- Refinação de açúcar
- Refinação de azeite
- Fabricação de massas alimentícias
- Fabricação de malte e cerveja
- Indústria do tabaco
- Fabricação de artigos de cortiça
- Indústria de curtimenta
- Fabricação de sabões
- Indústria do vidro
- Fabricação de pregos, parafusos e artigos de arame
- Fabricação de fios e cabos isolados

Trata-se de uma amostra razoavelmente representativa, visto abarcar, em 1965, mais de 50 000 pessoas empregadas e de 3,2 milhões de contos de valor acrescentado, ou seja cerca de, respectivamente, 7 % e 10 % dos correspondentes totais para a indústria transformadora do Continente, nesse ano.

---

<sup>1</sup> Ver o cap. I da ob. cit.

**Taxas médias acumuladas de variação anual da produtividade  
do trabalho, da remuneração por pessoa e do emprego  
(1953 a 1965)**

Sectores	Volume de produção por pessoa	Valor acres- centado por pessoa	Remune- ração por pessoa	Emprego
Ind. de Lacticínios n. e. ... ..	- 0,18	2,15	5,52	5,11
Moagem de far. esp. — trigo ...	3,45	8,02	3,73	- 1,60
Descasque de arroz . . . . .	1,42	1,14	4,29	0,15
Refinação de açúcar . . . . .	5,48	7,26	6,45	- 0,66
Refinação de azeite . . . . .	- 0,78	- 0,26	6,57	4,96
Fab. de massas alimentícias ... ..	3,70	1,00	2,62	- 1,07
Fab. de malte e cerveja ... ..	7,32	6,28	6,57	4,91
Indústria do tabaco . . . . .	10,22	10,77	5,13	- 6,11
Fabricação de artigos de cortiça	4,65	4,16	4,06	- 0,75
Indústria de curtimenta ... ..	5,03	3,30	4,83	- 0,21
Fabricação de sabões, etc. . . . .	3,29	0,86	4,70	- 0,26
Indústria do vidro ... ..	7,79	6,19	6,00	- 0,43
Fabricação de cimento . . . . .	5,85	3,85	4,90	1,10
Fabricação de pregos, etc. . . . .	1,30	2,05	3,32	4,00
Fb. de fios e cabos isolados ... ..	8,07	6,52	3,28	5,55
Média da amostra ... ..	4,44	4,22	4,80	0,98

No quadro e no gráfico juntos apresentam-se as taxas médias acumuladas da variação anual de cada um dos indicadores acima mencionados, para o período 1953-1965, considerando essas taxas como os indicadores mais representativos, em termos globais, da evolução verificada na referida amostra da nossa indústria transformadora.

## 2. A evolução da produtividade do trabalho

A evolução da produtividade do trabalho, expressa em volume de produção por pessoa e em valor acrescentado corrigido por pessoa, pode caracterizar-se globalmente pelos dois seguintes aspectos:

- *a grande dispersão sectorial dos respectivos ritmos de evolução*, indo de taxas médias acumuladas de variação anual negativas (lacticínios, refinação de azeite) a taxas francamente boas (tabaco, vidro, fios e cabos isolados);
- *o valor médio da amostra relativamente baixo*, não alcançando, em qualquer dos casos, os 4,5 % de taxa média acumulada de variação anual; saliente-se, ainda, a concórdância das médias para estes quinze sectores (4,44 e 4,22 %) com o valor global, obtido em trabalho anterior<sup>2</sup>, para a tendência da evolução da produtividade do trabalho na indústria portuguesa (4,47 %).

Considerando este último valor como uma ordem de grandeza das perspectivas de crescimento *natural* da produtividade da indústria e atendendo às taxas médias apresentadas pelos vários sectores, duas reflexões se podem formular:

- uma, já apresentada em trabalho do INII<sup>2</sup> e que é a seguinte: «Como tendência de longo prazo, o referido valor da taxa de acréscimo de produtividade na indústria — 4,47 % — tem de qualificar-se como situado muito aquém daquilo que seria necessário obter para se ver significativamente encurtada a distância que nos separa dos países mais evoluídos da Europa. Com efeito, num relatório elaborado pelo INII em Dezembro de 1966<sup>3</sup>, salientava-se, com base em cálculos que se apresentavam pormenorizadamente, que seria preciso à nossa indústria atingir, futuramente, uma taxa de acréscimo de produtividade de 7 por cento por ano para que o desfazamento existente entre os níveis absolutos de produtividade no País e na EFTA se viesse a anular no fim do presente século».
- Outra, tomando em consideração as taxas médias apresentadas nos quadros anteriores, e que é a de ficar desde já demonstrada a possibilidade da indústria poder forçar o crescimento anual da sua produtividade do trabalho, pois indústrias tais como Tabaco, Vidro, Fios e Cabos isolados, conseguem atingir valores de acréscimo francamente satisfatórios, face a outras indústrias cujos valores anormalmente baixos poderão e deverão, sem dúvida, ser consideravelmente melhorados.

<sup>2</sup> — «Evolução da produtividade do trabalho entre 1953 e 1967 — para o conjunto do País e para cada um dos grandes sectores de actividades», INII, série *Estudos de Produtividade*, n.º 7.

<sup>3</sup> No âmbito do subgrupo «Produtividade» do Grupo de Trabalho n.º 3 da C. I. P. I. E., com vista à preparação do III Plano de Fomento.

### 3. A evolução das remunerações. A produtividade e os salários

Saliente-se, de resto, que a necessidade da indústria acelerar o crescimento da sua produtividade assume um carácter ainda mais imperioso se se atentar na evolução apresentada pelos índices de remuneração por pessoa. Com efeito, além de, nalguns sectores, o crescimento deste índice ser mais rápido que os de produtividade, criando situações pouco saudáveis, o valor médio, para a amostra, da respectiva taxa média acumulada de variação anual (4,80) é ligeiramente superior ao equivalente para o volume de produção por pessoa (4,44) e para o valor acrescentado corrigido por pessoa (4,22). Identifica-se, pois, globalmente, uma acentuada pressão das remunerações, a exigir actuações eficazes para o crescimento da produtividade — principalmente nos sectores em que aquele crescimento se revela menos dinâmico — a fim de se melhorarem as condições de exploração das empresas com vista à obtenção de margens aceitáveis de rendabilidade e efectivo poder concorrencial. Ao notar que estas considerações se reportam a variações relativas de remuneração, não tendo em conta os respectivos níveis absolutos (que são, como se sabe, de uma maneira geral, muito baixos), fica evidenciada uma fragilidade da indústria em relação a um futuro aumento de níveis salariais, aumento esse que surge como inevitável. Deve acentuar-se que, para além de variações aleatórias de conjuntura, é através de uma melhoria de produtividade do trabalho que as empresas poderão responder, eficaz e correctamente, a essa subida de salários.

Com efeito, é *costume* ligar as noções de salários e de produtividade do trabalho, acontecendo até que sobre a matéria, aliás bastante delicada, se verifica existir certa confusão. É frequente, por exemplo, a afirmação de que os *salários* só devem crescer na medida em que cresça a *produtividade*, ou, doutra forma não totalmente coincidente com a anterior, que os *salários* e a *produtividade* devem variar paralelamente. Ora estas são afirmações que consideramos perigosas na medida em que não são válidas independentemente do contexto em que se inserem. Por outras palavras, as generalizações não são possíveis: não se pode passar indistintamente do âmbito da empresa para o do conjunto da economia, ou deste para o do sector, na suposição de que aqueles ditos axiomas se mantêm tal-qual.

Não é nossa intenção tratar profundamente este problema, pois que isso nos obrigaria a uma extensão não compatível com esta nota. Limitar-nos-emos, pois, a umas poucas observações sumariamente apresentadas.

O índice de remunerações calculado para cada sector serve para comparação com os respectivos índices de produtividade do trabalho, ficando para apreciação de cada sector as observações que pareçam pertinentes como emergindo dessa comparação.

Quanto às relações de causa-efeito eventualmente existentes entre salários e produtividade do trabalho, registemos apenas que, se tal relação é, em princípio, lícita ao nível da empresa (normalmente não em relação à totalidade do salário, mas apenas em relação aos prémios e outros suplementos salariais) e se é *desejável* que ao nível da nação as respectivas variações não sejam dissemelhantes, *não se pode definir uma lei aceitável ao nível dos sectores*.

As variações de salários devem entender-se sujeitas a uma política de salários que se alicerce basicamente numa política de distribuição de rendimentos, complementada pelos ajustamentos que derivem das flutuações do mercado do trabalho.

Se as variações de salários houvessem que depender exclusivamente das variações da produtividade do trabalho a primeira pergunta a fazer seria: qual produtividade do trabalho? Além das duas que foram apresentadas, podem construir-se outras, se bem que menos legítimas. Nos exemplos oferecidos pelos sectores industriais analisados, poderemos ainda ver que as suas variações estão longe de ser coincidentes ou mesmo paralelas.

É de longe preferível considerar que os salários evoluem e evoluirão de acordo com as condições enunciadas anteriormente e que a produtividade do trabalho fica como que sendo o instrumento pelo qual os empresários aferirão as melhorias de eficiência que deverão conseguir para que um aumento salarial não degenerem em inflação.

Parecendo idêntica à atitude que começamos por criticar, esta última é, na realidade, muito diferente e, sem dúvida, muito mais correcta.

#### 4. A evolução do emprego

Quanto ao emprego, deverá salientar-se que, em cerca de metade dos sectores considerados (8 em 15), as respectivas taxas médias de variação anual são negativas (algumas correspondendo a decréscimos muito substanciais de pessoal empregado, como é o caso do Tabaco), apresentando a média da amostra um valor que não chega a atingir 1 % de variação anual média.

Quer isto dizer que, a avaliar por estes resultados, não é a escassez de mão-de-obra que tem constituído entrave fundamental ao desenvolvimento da nossa indústria transformadora, na medida em que os factos acima mencionados demonstram que as exigências quantitativas globais foram relativamente reduzidas. Sobressaem, sim, mais uma vez, os desequilíbrios sectoriais, apresentando-se alguns sectores com maior capacidade relativa para a criação de empregos, salientando-se, assim, toda a problemática

relacionada com a reconversão da mão-de-obra e a sua formação profissional.

Reiteram-se, deste modo, reflexões já apresentadas em trabalho anterior<sup>4</sup> com base em dados mais globais e que parece oportuno aqui lembrar: «A profunda transformação de estruturas por que estamos a passar e que deverá ser intensificada parece, pois, vir a implicar não muito mais mão-de-obra, mas mão-de-obra muito mais qualificada e, por isso, reconversões e esquemas de formação profissional muito além do que tem vindo a ser efectuado.

## 5. Conclusão

Sintetizando aspectos salientes das considerações que acabam de ser expressas nos pontos anteriores, poderá afirmar-se que:

- A taxa de acréscimo que a produtividade do trabalho tem apresentado na nossa indústria situa-se muito aquém do que seria necessário para se ver significativamente encurtada a distância que nos separa dos respectivos níveis nos países mais evoluídos.
- Identifica-se, globalmente, uma acentuada pressão das remunerações, e, ainda, alguns sectores em que o crescimento do índice de remuneração é mais rápido que o de produtividade, ficando evidenciada uma fragilidade da indústria em relação a um futuro aumento de níveis salariais, que se afigura inevitável se se tiver em conta que eles são, como se sabe, de uma maneira geral, muito baixos. As empresas só poderão corresponder, eficaz e correctamente a este aumento, através de uma melhoria de produtividade.
- Não é a escassez de mão-de-obra que tem constituído entrave fundamental ao desenvolvimento da indústria transformadora, na medida em que as respectivas exigências quantitativas globais têm sido relativamente reduzidas. Sobressaem, sim, acentuados desequilíbrios sectoriais, apresentando-se os diversos ramos de actividade com desigual capacidade para a criação de empregos.

Parece, pois, poder inferir-se a necessidade que haverá de conjugar a intensificação dos esforços de reconversão e formação profissional com uma actuação incisiva extensa e eficaz<sup>5</sup> no sen-

<sup>4</sup> Ob. cit.

<sup>5</sup> De estado, de sensibilização, formação e aperfeiçoamento de quadros e dirigentes de empresa, de assistência técnica à indústria, de promoção de acções colectivas de reorganização, etc.



tido de acelerar o crescimento dos níveis de produtividade, nomeadamente nos sectores apresentando resultados mais deficientes, não podendo a Indústria e o País apenas aguardar que as acções, obviamente dispersas, dos vários agentes económicos conduzam aos resultados desejáveis e, mais do que isso, imprescindíveis, atendendo à evolução que acaba de ser identificada.

*Lisboa, Abril de 1969.*